

Gestão de Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento Sustentável em uma Instituição Federal de Ensino Superior (Ensino, Pesquisa, Extensão E Gestão) *Management of Factors Contributing to Sustainable Development in a College Federal (Education, Research, Extension And Management)*

Narcelio Jose Marques dos Santos¹, Maxweel Veras Rodrigues², Sueli Maria de Araújo Cavalcante³

¹ Graduado em Secretariado Executivo pela Universidade Federal do Ceará (2007), especialista em Administração de Recursos Humanos (UFC 2011), e mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (UFC 2017). - narcelio@ufc.br

² Doutor, UFC-Docente do Departamento de Eng de Produção.

³ Doutor, UFC-Docente do Departamento de Eng de Produção.

Recebido em 10 de maio de 2018; Aceito em 12 de junho de 2018.

Resumo

As emergentes questões ligadas ao desenvolvimento sustentável tiveram suas origens nos movimentos de preservação do meio ambiente. Com a evolução da temática para formação de uma base sustentável, acrescentou-se, ao meio ambiente, as questões econômicas e sociais, os três itens formam juntos o tripé da sustentabilidade. A educação é tida como a principal fonte de conscientização da sociedade e propagação das ideologias do desenvolvimento sustentável, e as universidades colaboram nesse processo, disseminando o pensar e o agir sustentável, devendo elas próprias serem modelos de sustentabilidade, por meio de seus eixos de atuação (ensino, pesquisa, extensão e gestão). Este estudo objetivou desenvolver um método para analisar ações, aspectos e estratégias existentes dentro de uma Instituição Federal de Ensino Superior, que contribuem para a prática do Desenvolvimento Sustentável. De natureza qualitativa, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, um estudo de caso que se complementa com a pesquisa documental. O presente trabalho permitiu dimensionar o desenvolvimento sustentável dentro de uma IFES, em suas diversas frentes de atuação. Após a aplicação do método proposto, e apesar da fase embrionária, verificou-se o interesse da Instituição em evoluir nas questões sustentáveis. Há um extenso caminho a ser percorrido, tendo em vista que, a preocupação com as futuras gerações perpassa os limites físicos da universidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Educação. Ensino Superior.

Abstract

The emergent issues related to sustainable development had their origins in the movements of preservation of the environment. The theme evolution to create a sustainable base, the economic and social issues were added to the environment, the three items together form the tripod of sustainability. Education is the main source of awareness of society and propagation of sustainable development ideologies, and universities collaborate in this process by disseminating sustainable thinking and action, and they must themselves be models of sustainability, through their lines of action (education, research, extension and management). This study aimed to develop a method to analyze actions, aspects and strategies existing in a Public College Federal, which contribute to the practice of Sustainable Development. It is a qualitative nature study, exploratory and descriptive research, a case study that is complemented with the documentary research. The present work allowed to dimension the sustainable development in a public college federal, in its several fronts of action. After applying the proposed method, and despite the embryonic phase, the college's interest in evolving in sustainable issues was verified. There is an extensive way to be covered, since the concern with future generations permeates the physical limits of the college.

Keywords: Sustainable development. Education. College.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Sustentável (DS) tem sua origem marcada por movimentos ambientalistas, iniciados a partir de meados do século XIX, geralmente liderados por cientistas e artistas, com objetivo inicial de criar áreas protegidas das ações humanas onde a vida selvagem pudesse ser preservada. A partir de 1960, contrapondo a corrente de pensamento do crescimento econômico sem medidas, o DS incorpora aspectos sociais e econômicos, além dos ambientais ao seu conceito.

Estabelecendo uma linha do tempo dos principais marcos do movimento DS tem-se: a publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson em 1962, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, a resolução de 1986 da Assembleia da ONU, a divulgação do Relatório Brundtland em 1987, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, e a assinatura do Protocolo de Kyoto no Japão em 1997.

Aconteceram, em paralelo aos citados marcos, determinados eventos voltados à compreensão da necessidade e aplicação do DS no campo da educação, constatando-se que o ensino tem grande importância para a promoção e evolução das temáticas, levando a sociedade a aumentar a capacidade de entender e abordar questões de meio ambiente e do desenvolvimento.

O movimento interdisciplinar apregoado por Morin afirma que, em uma realidade multidimensional (simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica), estas dimensões são estudadas de forma separada. A educação nos habitua a uma concepção linear da causalidade. A complexidade exige uma reforma de pensamento, o que pressupõe mudar a universidade. Uma reforma muito mais profunda/ampla do que a de uma democratização do ensino universitário e da generalização da condição de aluno. Trata-se de uma reforma paradigmática, que diz respeito à atitude em relação à organização do conhecimento. A universidade deve ultrapassar-se para se reencontrar.

Muito se especula sobre a relação teoria x empiria das questões ligadas ao DS. Justifica-se a presente pesquisa como uma contribuição acadêmica na tentativa de buscar entender as ações e aspectos dentro de uma instituição promotora de ensino. Busca-se verificar se na prática uma determinada IFES contribui para o Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa intenta responder ao problema: como uma IFES, efetiva o Desenvolvimento Sustentável em seus eixos de atuação: ensino, pesquisa, extensão e gestão? O objetivo geral da pesquisa é desenvolver um método para analisar ações, aspectos e estratégias, existentes dentro de uma IFES, que contribuem para a prática do DS. O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro de introdução, o segundo constando o referencial teórico da pesquisa, o terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada e a análise dos dados, e, no último capítulo, a conclusão do estudo e considerações finais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ENSINO SUPERIOR

Em busca de significados, o desenvolvimento é, conforme apregoado por muitos economistas e cientistas sociais, igual ao crescimento sem medida em detrimento do social. Brunstein, Godoy e Silva (2014) afirmam que, o termo desenvolvimento sempre esteve ligado ao crescimento econômico, onde ganha força uma visão quantitativa do mundo sem considerar os processos qualitativos históricos, culturais e ambientais, ou seja, desconsiderando os aspectos sociais. Silva (2006) complementa, afirmando que, o crescimento torna-se um fim em si mesmo. A qualidade de vida é sacrificada em nome de uma noção vagamente definida de progresso, na qual as decisões tomadas relacionadas ao uso dos recursos beneficiam alguns em curto prazo, em detrimento do benefício de todos em longo prazo.

Segundo Silva, Gondim Filho e Gondim (2008), após a década de 1960, prevaleceu entre a comunidade científica e política uma linguagem cheia de otimismo com os poderes do crescimento econômico, com a crença de que esse crescimento traria a redução da pobreza e melhorias na qualidade de vida de todos, entretanto o resultado obtido tem sido a criação e o aumento das desigualdades espaciais e interpessoais em todo mundo. Na corrida do crescimento econômico, que não parece ser a mais justa e honesta, há o que se poderia chamar de impossibilidade aritmética, em que não há chance de que todos os povos tenham uma razão *per capita* similar àquela praticada pelos países ricos.

Enquanto os poderes do crescimento econômico geraram otimismo para alguns, paralelamente houve a evolução de uma nova visão sobre o assunto, conforme Moraes (2009) a expansão da temática economia ambiental, também se deu a partir dos anos de 1960, com a “revolução verde” (onde novas práticas agrícolas foram adotadas com vistas à redução do custo de manejo e melhoria no gerenciamento da produção), entretanto pensadores mais antigos, como Malthus (1798), Ricardo (1817) e Marx (1867), já abordavam problemas ambientais no século XVIII.

Para Barbieri (2007) o meio ambiente e o desenvolvimento devem ser tratados em conjunto, são indissociáveis, como as duas faces de uma mesma moeda. Essa nova percepção de soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social, isso é o que vem sendo chamado de desenvolvimento sustentável.

Para Veiga (2010) tudo indica que o termo DS foi inaugurado publicamente em agosto de 1979, no simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo. Almeida (2002) e Foladori (2001), entre outros autores, concordam com a definição mais disseminada, é que o termo Desenvolvimento Sustentável foi divulgado inicialmente em 1987, com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como aquele que responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras.

Quanto à crítica contrária ao movimento do DS, conforme Savitz e Weber (2006), as opiniões dividem-se em dois grupos, de um lado estão os cínicos, os quais em geral são simpatizantes de ideologias de esquerda, que zombam da sustentabilidade, como mera ferramenta de propaganda ou de relações públicas, e do outro lado encontram-se os cétricos, não raro com inclinações de direita, que atacam o conceito de empresas sustentáveis, com base no argumento de que não compete aos líderes de negócios envolverem-se com temas ambientais ou sociais, cabendo apenas a estes maximizar os lucros, acreditando que, com a obstinação nesse propósito, o mundo estaria melhor a longo prazo.

A educação, conforme Marcomin e Silva (2009), é considerada um importante desafio da humanidade para o século XXI. A inclusão das questões ligadas ao ambiente no processo educativo constitui um desafio ainda maior, e o ensino superior não constitui exceção. Para os autores, a universidade alarga suas responsabilidades em um esforço de transformação das mentalidades e de melhoria das condições materiais e culturais relacionadas ao tema.

É do conhecimento de todos que as IES são órgãos de propagação do conhecimento através do ensino, propagação da pesquisa e responsáveis pela formação de um percentual significativo de pessoas que assumem cargos relevantes na sociedade. As IES possuem um papel preponderante no DS e devem ser, elas próprias, modelos de sustentabilidade (MADEIRA, 2008).

Conforme Petrola e Nascimento (2013) verifica-se que a maior parte das iniciativas para uma “universidade sustentável” no Brasil incide, até agora, na ambientalização das estruturas curriculares e no incremento

da pesquisa no campo das temáticas ambientais. A partir de 2005 a proposta destina-se à uma reorientação da educação superior para o desenvolvimento sustentável, incluindo o tema nas estruturas curriculares de educação superior, na pesquisa, nas ações materiais, na vida estudantil universitária e nas suas atividades de extensão voltadas para as comunidades locais, regionais e globais.

Com base em Madeira (2008), Malheiros et al. (2013) e Viegas e Cabral (2014), são alguns dos importantes eventos para a implementação da sustentabilidade no Ensino Superior: 1977 - Declaração de Tbilisi (Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental); 1989 - Fundação do Programa de Ecologia da National Wildlife Federation; 1992 - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento; 1993 - Carta de Copernicus – Carta Universitária para o DS; 1998 - Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação, Paris, França; 2005 – Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável –UNESCO; e 2012 – Rio + 20, Documento O Futuro que Queremos.

Para subsídio metodológico, segue-se o detalhamento dos dois últimos eventos: conforme Brasil (2005), em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução no 57/254 na qual proclama a Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, no período de 2005 a 2014 e a UNESCO foi escolhida para liderar a Década e elaborar um plano internacional de implementação.

Para Viegas e Cabral (2015) com a Década, a educação para a sustentabilidade ganhou novo ânimo, provocando as Instituições de Ensino a cumprirem o seu papel no processo para o Desenvolvimento Sustentável.

Conforme Brasil (2005), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável incluirá todos os âmbitos do desenvolvimento humano, abrangendo importantes dimensões oferecidas pelos direitos humanos, pela paz e segurança humana, igualdade de gênero, diversidade cultural e compreensão intercultural, saúde, HIV/Aids, governabilidade, recursos naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento rural, urbanização sustentável, prevenção e atenuação de desastres naturais, redução da pobreza, responsabilidade e deveres das empresas e, enfim, a economia de mercado. A EDS requer a reorientação das abordagens educacionais – estruturas curriculares e conteúdo, pedagogia e avaliações, e dos espaços de aprendizagem.

Segundo Malheiros et al. (2013), em 2012, o Brasil foi novamente sede da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que resultou em um documento final focado em políticas e práticas para a implementação do desenvolvimento sustentável.

Para Viegas e Cabral (2014), a convocação da ONU à reflexão sobre desenvolvimento sustentável buscou desenvolver ações de controle e estímulo às práticas sustentáveis em vários níveis e setores. Aproximadamente 300 instituições de ensino superior, de cerca de 50 países, assinaram a Iniciativa de Sustentabilidade na Educação Superior, por meio da inclusão do tema nas disciplinas universitários. Das ações propostas neste documento destacam-se: ensinar o conceito de desenvolvimento sustentável; incentivar a investigação sobre questões de desenvolvimento sustentável, para melhorar a compreensão científica; tornar nossos campi mais verdes; apoiar os esforços de sustentabilidade nas comunidades onde estamos instalados.

A educação superior no nosso país é tardia, Nunes (2007) afirma que com pouco menos de dois séculos, a chegada da família real ao Rio de Janeiro, e a necessidade de organizar o quadro administrativo na corte deram início à criação dos primeiros cursos superiores. Para o autor, foi opção inicial a estruturação da educação a partir de faculdades e escolas isoladas. Iniciando-se o seu desenvolvimento apenas a partir da década de 1930, sendo fortalecida nos anos 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 e a reforma de 1968. Na segunda metade do século XX, iniciou-se ainda, a se desenhar uma primeira divisão de trabalho institucional, predominando nos setores públicos federal e estaduais o formato universitário, e no setor privado as faculdades isoladas e integradas.

Roth et al (2013) complementa que, por muito tempo, o Brasil restringiu às metrópoles o ensino superior, com foco elitista e priorizando o ensino em detrimento da pesquisa, e que a reforma universitária de 1968 trouxe um novo momento para a educação universitária.

A Universidade, objeto deste estudo, está situada no Nordeste do Brasil, e conforme números publicados em 2016, é composta estruturalmente por 17 unidades acadêmicas, sendo 4 campi, 4 Centros, 5 Faculdades e 4 Institutos. Compõem ainda sua estrutura, 2 hospitais, 17 bibliotecas, e 8 refeitórios. Seu corpo funcional conta com 5.568 servidores ativos. No eixo ensino, tem-se 26.225 alunos matriculados em 126 cursos de graduação, 2.770 alunos matriculados em 71 cursos de mestrado, e 2.416 alunos matriculados em 45 cursos de doutorado. Eixo pesquisa a Instituição publicou 2.339 artigos em periódicos, 750 capítulos/livros publicados. A Extensão conta com 831 projetos, e 3.522.219 pessoas beneficiadas. 1.512.077 é o número de beneficiados por meio dos serviços prestados nos hospitais universitários.

Conforme Rabelo et al (2013), é importante ressaltar que na relação educação x desenvolvimento sustentável, a Universidade(objeto deste estudo) encontra-se localizada no Nordeste do Brasil, região historicamente percebida por suas desigualdades socioeconômicas e com um dos biomas mais frágeis do mundo, a Caatinga. Essas características intensificam a necessidade de a Instituição ser referência de um modelo de desenvolvimento que desperte na sociedade a importância de suas escolhas e consequências de seus impactos, seja no meio ambiente ou na economia, por uma qualidade de vida, que não pode objetivar apenas o hoje, mas principalmente as próximas gerações.

Quanto a interdisciplinaridade da causa, Morin (2003) afirma que vivemos em um processo de mundialização no qual os nossos grandes problemas deixaram de ser particulares para se tornarem mundiais. Assim deveríamos ser animados por um princípio de pensamento que nos permitisse ligar as coisas que nos parecem estar separadas. Nosso sistema educativo privilegia a separação em vez de praticar a ligação. Vivemos numa realidade multidimensional, simultânea, mas estudamos essas dimensões separadamente, e não umas em relação com as outras. Somos lúcidos em relação a uma parte, mas míopes sobre a relação entre as partes e seu contexto. A nossa educação nos habituou a uma concepção linear da causalidade, causa e efeito.

Produzimos a sociedade que nos produz, em retroalimentação. Não podemos esquecer que somos uma pequena parte de um todo, e que o todo está contido nas partes. Esta concepção dá-nos uma lição de prudência, de método e de modéstia. É preciso reconhecer o valor da unidade e preservar a riqueza da diversidade. Ainda na concepção do autor, a cultura científica e técnica ressalta a disciplina, compartimentalização e especialização, e até a metade do século XX, a maioria das ciências apregoava o reducionismo e o determinismo. “A especialização abstrai, extrai um objeto de seu contexto e de seu conjunto, rejeita os laços e a intercomunicação do objeto com o seu meio, insere-o no compartimento da disciplina”.

Leff (2000) concorda que a questão ambiental, com a sua complexidade, e a interdisciplinaridade emergem do final dos anos 60 e começo da década de 70, guiadas pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado, culminando em uma crise de civilização, manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente. Do desenvolvimento do conhecimento e do desenvolvimento econômico surgem respectivamente a crise do saber e a crise ambiental. Para o autor, a dimensão ambiental, por meio de um método interdisciplinar, será capaz de reintegrar o conhecimento para apreender a realidade complexa.

Ainda para o autor, a interdisciplinaridade implica inter-relação de processos, conhecimentos e práticas, que transborda, transcende e perpassa o campo da pesquisa e do ensino, o termo vem sendo usado como sinônimo de interconexão/colaboração entre diversos campos do conhecimento dentro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas, como as práticas não científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos.

Morin (2003) complementa que a complexidade dos novos fatos exige uma reforma de pensamento, uma nova postura, o que pressupõe ainda mudar a universidade: “A universidade é conservadora, regeneradora, geradora. Conserva, memoriza, integra, ritualiza um patrimônio cognitivo; regenera-o pelo reexame, atualizando-o, transmitindo-o; gera saber e cultura que entram nessa herança”. O caráter conservador da universidade pode ser vital ou estéril. Vital se ela significa salvaguarda e preservação, pois só se pode preparar um futuro salvando um passado, mas é estéril se dogmática, congelada e rígida. Trata-se de uma reforma muito mais profunda e ampla, maior do que a de uma democratização do ensino universitário, trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, que diz respeito à nossa atitude em relação à organização do conhecimento. Uma reforma dessa magnitude suscita um paradoxo: não se pode reformar a instituição universitária sem a reforma anterior das mentes, mas não é possível reformar as mentes sem antes reformar a instituição. Caberá à própria universidade realizar essa reforma.

METODOLOGIA

De abordagem qualitativa. quanto aos propósitos é de caráter exploratório e descritivo. Por ser o recorte espacial do estudo uma IFES, a pesquisa é considerada ainda um estudo de caso, complementando-se com a pesquisa documental.

Buscando facilitar a aplicação, o método proposto foi dividido em quatro blocos ou etapas, que serão apresentadas a seguir. É importante lembrar que, na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável DEDS/UNESCO, estão explícitas, de forma abrangente e detalhada, as importantes temáticas incorporadas pelo DS, que devem ser aplicadas e trabalhadas nas instituições de ensino. No Quadro 1 os referidos temas foram divididos, conforme contribuição de Rabelo et al (2013), em três perspectivas: perspectivas socioculturais, perspectivas ambientais e perspectivas sociopolíticas e econômicas:

Quadro 1. Aspectos tratados pela educação para o Desenvolvimento Sustentável

Perspectivas Socioculturais	Perspectivas Ambientais	Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas
<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos • Paz e Segurança Humana • Igualdade de Gênero • Diversidade Cultural e Compreensão Intercultural • Saúde • Governança 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos Naturais (água, energia, agricultura e biodiversidade) • Mudanças Climáticas • Desenvolvimento Rural • Urbanização Sustentável • Prevenção e Diminuição de Desastres 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da Pobreza • Responsabilidade das Empresas • Economia de Mercado

Fonte: Rabelo et al (2013).

Na primeira etapa da aplicação do método proposto, os dados foram coletados por meio de consulta aos componentes curriculares ativos e disponíveis, na graduação e pós-graduação. A consulta foi realizada, por meio de funcionalidade pública, disponível aos alunos e docentes da Universidade, no sistema de controle acadêmico da Instituição.

Após as consultas, estabelecendo relação do número de componentes curriculares distribuídas com as temáticas DESDS/UNESCO, constata-se: dos 18.316 componentes curriculares existentes no sistema de controle acadêmico, com status de “ativo”, ou seja, disponíveis para oferta, 5.251 pertencem ao *stricto sensu*, e 13.065 à graduação. Do total geral, 276 componentes curriculares, constantes em estruturas curriculares ativas, contêm em sua nomenclatura pelo menos uma das temáticas da DESD/UNESCO.

Quadro 2. Relação de componentes curriculares com os temas da DESD/UNESCO.

Perspectivas Socioculturais		Perspectivas Ambientais		Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas	
Direitos Humanos	15 em 106	Água	17 em 13	Redução pobreza	0 em 0
Paz	3 em 3	Energia	31 em 9	Responsabilidade empresas	2 em 1
Segurança humana	1 em 1	Agricultura	15 em 7	Economia mercado	17 em 14
Igualdade gênero	7 em 9	Biodiversidade	3 em 3		
Diversidade cultural	0 em 0	Mudanças climáticas	1 em 1		
Compreensão Intelectual	0 em 0	Desenvolvimento rural	7 em 8		
Saúde	152 em 25	Urbanização sustentável	1 em 1		
Governança	4 em 2	Prevenção diminuição desastres	0 em 0		

Fonte: elaborado pelo autor.

No Quadro 2, a relação está entre o número de componentes e as matrizes curriculares. Quanto às 3 perspectivas, percebe-se que a maior concentração encontra-se na perspectiva sociocultural, totalizando 182 componentes curriculares em 146 currículos, enquanto a perspectiva ambiental apresenta 75 componentes curriculares em 42 currículos, e a perspectiva sociopolítica econômica apresenta apenas 19 componentes curriculares em 15 currículos. Quanto aos temas abordados, há uma maior incidência de algumas temáticas, em detrimento de outras, citando direitos humanos como exemplo, que atende 106 matrizes curriculares, entre cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, já a temática saúde consta em 152 componentes curriculares distintos, outros termos sequer aparecem no quadro (diversidade cultural, compreensão intelectual, prevenção e diminuição de desastres e redução da pobreza). Credita-se o grande volume de componentes curriculares com a temática direitos humanos, a Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação, a referida resolução, torna obrigatória a inclusão do conteúdo em estruturas curriculares da educação básica e superior, não importando a área de atuação ou outras especificações.

O maior número de componentes curriculares, com temas DEDS/UNESCO, encontra-se nos cursos de graduação, 208 componentes curriculares, distribuídas em 182 estruturas curriculares, em detrimento aos 68 componentes curriculares, constantes em 21 estruturas curriculares da pós-graduação.

Quando se dividem os componentes curriculares que contemplam temáticas do DS, de acordo com a DEDS/UNESCO, por unidade acadêmica, e levando em consideração que, Centros, Institutos, Campis, ou Unidades Administrativas, podem ser unidades acadêmicas, por possuir cursos vinculados aos seus organogramas, tem-se a seguinte distribuição, conforme Quadro 3:

Quadro 3. Componentes curriculares, por unidade acadêmica, com os temas da DEDS/UNESCO.

Unidade	Cursos	Componente
Faculdade de Medicina	5	64
Campus no interior do estado 1	9	63
Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade	11	47
Centro de Tecnologia	11	41
Centro de Ciências	20	37
Centro de Ciências Agrárias	9	31
Centro de Humanidades	15	37
Faculdade de Farmácia, Odonto e Enfermagem	3	25
Instituto de Cultura e Arte	12	19
Instituto de Educação Física	4	10
Faculdade de Direito	3	8
Campus no interior do estado 2	6	7
Faculdade de Educação	3	7
Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas	2	7
Campus no interior do estado 3	5	6
Instituto de Ciências do Mar	2	5
Campus no interior do estado 4	4	4
Instituto Virtual	2	3

Fonte: elaborado pelo autor.

A discrepância entre as unidades acadêmicas é nítida, devendo-se levar em consideração que, as unidades que possuem cursos na área da saúde ou que apresentam componentes curriculares com a referida temática, percentualmente, levam vantagem sobre os demais. Nota-se ainda a fase embrionária do desenvolvimento sustentável e abordagem dos temas em muitas unidades.

Na segunda etapa do método proposto, diagnosticar em projetos PIBIC a abordagem de temas da DEDS/UNESCO, os dados foram coletados por meio de consulta aos projetos PIBIC, aprovados em 2016, junto à Coordenadoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Apesar do cadastro ser realizado junto a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, os projetos PIBIC são vinculados à cursos de graduação. Para consulta, foi utilizada a busca por termos, de acordo com as temáticas listadas no Quadro 1.

Atualmente, existem 752 projetos de pesquisa PIBIC aprovados e devidamente cadastrados junto à Coordenadoria de Pesquisa, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, vinculados a alunos da graduação

e docentes. 52 projetos carregam em seus títulos abordagens do DS. Relacionando as temáticas da DEDS/UNESCO com os referidos projetos, tem-se a seguinte distribuição:

Quadro 4. Relação de projetos PIBIC com os temas da DEDS/UNESCO.

Perspectivas Socioculturais		Perspectivas Ambientais		Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas	
Direitos Humanos	0	Água	12	Redução da pobreza	0
Paz	1	Energia	6	Responsabilidade das empresas	2
Segurança humana	0	Agricultura	3	Economia de mercado	3
Igualdade de gênero	2	Biodiversidade	3		
Diversidade cultural	0	Mudanças climáticas	0		
Compreensão Intelectual	3	Desenvolvimento rural	0		
Saúde	15	Urbanização sustentável	0		
Governança	2	Prevenção e diminuição de desastres	0		

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota-se, por meio do Quadro 4, que a maior incidência ocorre, a despeito da primeira etapa do método, na perspectiva ambiental, com 24 projetos, a perspectiva sociocultural apresenta um número bem próximo, 23 projetos cadastrados, e a perspectiva sociopolítica e econômica possui apenas 5 projetos. Quanto as temáticas, percebe-se a carência de projetos em várias áreas do desenvolvimento sustentável, ou seja não existem projetos cadastrados para os seguintes temas: direitos humanos, segurança humana, diversidade cultural, mudanças climáticas, desenvolvimento rural, urbanização sustentável, prevenção e diminuição de desastres e redução da pobreza. Nota-se, ainda, um pequeno percentual, na relação projetos cadastrados x projetos com as temáticas DEDS/UNESCO, dos 752 projetos, apenas 52 fazem referência às temáticas, 6,9% do total de projetos. O tema Direitos humanos, que predominava entre os componentes curriculares, não figura na tabela de projetos PIBIC, já a temática saúde permanece com a maior concentração, 15 projetos, seguida pelo termo água, com 12 projetos PIBIC cadastrados. Distribuindo-se os temas em percentuais, tem-se o seguinte gráfico:

Quando divide-se estes projetos PIBIC, por centro/instituto/campi, ou seja por unidade acadêmica, tem-se distribuição contante no Quadro 5:

Quadro 5. Projetos PIBIC, graduação, por unidade acadêmica, com os temas da DEDS/UNESCO.

Unidade	Projetos	Cursos
Centro de Ciências Agrárias	10	2
Faculdade de Farmácia Odontologia e Enfermagem	8	3
Centro de Ciências	7	5
Centro de Tecnologia	7	3
Faculdade de Economia Administração, Atuairias e Contabilidade	6	4
Centro de Humanidades	4	3
Faculdade de Educação	4	1
Faculdade de Direito	2	2
Faculdade de Medicina	2	2
Campus no interior do estado 1	1	1
Instituto Virtual	1	1

Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se que os cursos, conseqüentemente unidades acadêmicas, que abordam em seus projetos PIBIC as temáticas saúde e água, em termos percentuais, estão em vantagem em relação aos demais, tendo em vista serem esses os termos do DS de maior incidência nos projetos cadastrados (51,93%).

Na terceira etapa do método, as ações de extensão, foram verificadas no sentido de encontrar relação com os temas emergentes da DEDS/UNESCO. Os dados foram coletados por meio de consulta as ações, aprovadas em 2016, junto à Pró-Reitoria de Extensão. Para consulta, foi utilizada a busca por termos, de acordo com as temáticas DEDS/UNESCO listadas na Quadro 1.

No ano de 2016, foram cadastradas, na Pró-Reitoria de Extensão, 375 ações. Entende-se por ação: projetos, cursos, eventos e programas com a supervisão da Pró-Reitoria de Extensão. Destas, 29 possuem relação com os temas ligados à DEDS/UNESCO, conforme Quadro 6:

Quadro 6. Ações de extensão com os temas da DEDS/UNESCO.

Perspectivas Socioculturais		Perspectivas Ambientais		Perspectivas Sociopolíticas e Econômicas	
Direitos Humanos	3	Água	1	Redução da pobreza	1
Paz	3	Energia	2	Responsabilidade das empresas	0
Segurança humana	0	Agricultura	0	Economia de mercado	0
Igualdade de gênero	1	Biodiversidade	0		
Diversidade cultural	1	Mudanças climáticas	0		
Compreensão Intelectual	0	Desenvolvimento rural	1		
Saúde	16	Urbanização sustentável	0		
Governança	0	Prevenção e diminuição de desastres	0		

Fonte: elaborado pelo autor.

A relação é percentualmente pequena, entre as ações de extensão e as que possuem as temáticas DEDS/UNESCO, como visto, das 375 ações cadastradas, apenas 29 tem relação com as temáticas, ou seja um número menor que 10%. Conforme o Quadro 10, quanto as perspectivas, 22 pertencem a perspectiva socio-cultural, sendo esta a que detém a maior concentração ações, 4 ações pertencem a perspectiva ambiental, e apenas 1 pertence a perspectiva sociopolíticas econômicas. Quanto aos temas, muitos não são abordados: segurança humana, compreensão intelectual, governança, agricultura, biodiversidade, mudanças climáticas, urbanização sustentável, prevenção e diminuição de desastres, responsabilidade das empresas e economia de mercado. O termo saúde, mais uma vez, se sobressai em relação aos demais, com 16 ações.

Quando divide-se as ações de extensão que contemplam temáticas do DS, de acordo com a DEDS/UNESCO, por Centro/Instituto/Campus, ou seja por unidade acadêmica, tem-se a distribuição constante no Quadro 7.

Quadro 7. Ações de extensão, por unidade acadêmica, com os temas da DEDS/UNESCO.

Unidade	Ações
Faculdade de Medicina	9
Centro de Humanidade	5
Faculdade de Educação	4
Campus no interior do estado 1	2
Faculdade de Direito	2
Faculdade de Farmácia, Odonto e Enfermagem	2
Virtual	2
Centro de Ciências	1
Centro de Tecnologia	1
Campus no interior do estado 4	1

Fonte: elaborado pelo autor.

A Faculdade de Medicina lidera o quadro, tendo em vista, como já citado, que as ações de extensão ligadas ao tema saúde se sobressaem em relação às demais.

Na última etapa do método proposto, buscou-se identificar as ações, coordenadas pela Gestão da referida Universidade, diretamente relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Nesta etapa, todas as ações foram analisadas, independentemente da vinculação com as perspectivas constantes no Quadro 1. Tomou-se essa iniciativa, tendo em vista o reduzido número de ações. Os dados primários foram coletados em consulta ao PDI da Instituição, anuários estatísticos e outros documentos oficiais, sendo o principal deles o Plano de Logística Sustentável, com validade de dois anos, publicado em dezembro de 2013. O PLS elencou diretrizes, ações e práticas sustentáveis atualmente adotadas, e os projetos, metas e políticas que a Universidade intenta implementar, em um futuro próximo, rumo ao desenvolvimento sustentável. O levantamento dos dados secundários foi realizado por meio de entrevista, ocorrida em janeiro de 2017, ao servidor lotado no setor de Gestão Ambiental. No roteiro constavam duas questões, a saber: Quais as ações desenvolvidas pela Gestão relacionadas ao DS? Qual a atual situação de cada uma delas e os possíveis gargalos?

Relaciona-se no Quadro 8, as ações gerenciadas pela Gestão, constantes no PLS, que adotam práticas do DS. O fato das ações estarem contidas no Plano, não significa a realização total ou parcial destas.

Quadro 8. Ações e práticas sustentáveis.

a) Bibliotecas e adote um livro
b) Coleta seletiva solidária
c) Deslocamento Sustentável
d) Energia Elétrica, Água, Esgoto, Limpeza e Telefonia
e) Material de consumo (licitação sustentável e redução de consumo)
f) Obras sustentáveis e manutenção predial
g) Paisagismo e Revitalização
h) Processamento de Dados
i) Programa de Gerenciamento de Resíduos
j) Qualidade de Vida no Trabalho
k) Semana do Meio Ambiente
l) Sistema de Gestão Ambiental
m) Terceirizados
n) Tratamento de Reciclados

Fonte: Plano de Logística Sustentável (2013).

Em seguida, far-se-á um breve resumo de cada ação:

a) Em parceria com as bibliotecas - I) programa de conscientização, conservação e restauro dos livros; II) investimento significativo na aquisição de livros digitais; III) “Adote um livro”, para cada capa doada aos livros, o aluno recebe uma squeeze ou ecobag;

b) Quanto à coleta seletiva - incentivar e ampliar a coleta seletiva solidária, realizar a gestão dos resíduos, implantar coletores específicos nos campi, entre outras ações;

c) Deslocamento sustentável – instalar sete bicicletários, com ciclofaixas. Acompanhar a frequência dos ônibus intercampi para reduzir circulação de linhas que sejam verificadas como pouco utilizadas, entre outras ações;

d) Energia elétrica, água, esgoto e telefonia - adquirir equipamentos com melhor classificação disponível de consumo. Criar projeto piloto de medição individualizada de consumo de energia/água para as unidades acadêmicas. Desenvolver projetos que utilizem energias renováveis. Realizar campanhas para conscientização do uso de energia/água. Revisar contratos para torná-los mais eficientes, entre outras medidas;

e) Material de consumo - dar preferência para aquisição de bens reciclados ou recicláveis. Reduzir a confecção de agendas. Utilizar apenas mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação de ofícios circulares e convites internos para servidores. Trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses, deverão ser enviadas à biblioteca apenas em meio digital, entre outras medidas;

f) Obras sustentáveis e manutenção predial – revisar plano de gestão de resíduo da construção civil e fiscalizar sua adequada execução em todas as obras. Garantir uma ocupação racional dos campi com critérios sustentáveis. Indicar diretrizes de projetos que aproveitem ao máximo a iluminação natural, entre outras medidas;

g) Paisagismo e revitalização – garantir a seguridade das árvores presentes em todos os campi da Instituição bem como recompor as extensões geográficas afetadas. Elaborar o georreferenciamento das espécies,

e institucionalizar as praças e bosques de todos os campi;

h) Processamento de dados – eliminar a aquisição de estabilizadores. Adotar as certificações de T&I verde para licitações de computadores. Substituir as impressoras individuais por impressão compartilhada, entre outras;

i) Programa de gerenciamento de resíduos - foi criado em setembro de 2005 o Programa de Gerenciamento de Resíduos, que reúne um conjunto de procedimentos e ações para a implantação de um sistema integrado de redução, reutilização e reciclagem dos diversos tipos de resíduos gerados nas unidades da Instituição;

j) Qualidade de vida no trabalho – as ações direcionadas à qualidade de vida no trabalho, são planejadas, promovidas e gerenciadas por uma coordenadoria específica, dentro da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;

k) Semana do meio ambiente - realizada anualmente, desde 2003. Tendo como envolvidos: alunos e servidores. A Semana conta com oficinas de cultivo de hortas em pequenos espaços, distribuição de mudas de essências arbóreas nativas para arborização urbana e debates voltados para os públicos interno e externo à universidade;

l) Sistema de gestão ambiental - após a aprovação do PLS, a Pró-Reitoria de Planejamento irá submeter ao Conselho Universitário a criação da Divisão de Gestão Ambiental. Esta Divisão terá como finalidade acompanhar a execução do PLS, realizar as revisões e elaborar os próximos Planos;

m) Terceirizados – inserir requisitos de treinamento para os novos editais e contratação de terceirizados, a fim de que os trabalhos sejam realizados com maior produtividade e qualidade, entre outras;

n) Tratamento de reciclados – aumentar a rotatividade de coleta das unidades, realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores; realizar treinamento dos funcionários responsáveis pela coleta, entre outros;

Quanto aos gargalos que impossibilitaram a execução das ações da gestão, citam-se:

- a alteração na execução das ações propostas pelo PLS, tendo em vista haver uma descentralização, cada unidade responsável pela tarefa possui autonomia sobre a ação;
- escassez de orçamento e recursos específicos para a execução das referidas ações;
- existência, em determinados setores da Universidade, de uma cultura que não prioriza ou não considera importantes as questões ligadas à gestão ambiental/desenvolvimento sustentável; e
- a não adesão da comunidade acadêmica.

CONCLUSÃO

Quanto as perspectivas, em termos percentuais, a maior concentração de componentes curriculares, encontra-se na perspectiva sociocultural, totalizando 65,9%. A maior parte (208) consta nas estruturas curriculares da graduação, enquanto a menor parte (68) consta nos cursos *stricto sensu*. Quanto as temáticas, os componentes curriculares que envolvem a temática Saúde possuem uma fatia de 55,1% do total geral, enquanto termos sequer constam na relação dos componentes curriculares, e carecem de atenção especial,

caso a universidade queira evoluir nas questões ligadas à sustentabilidade. Quanto aos centros/campis, unidades acadêmicas, a maior concentração encontra-se na Faculdade de Medicina, 64 componentes curriculares. O Campus no interior do estado 1 está em segundo lugar com 63, e a FEAAC está em terceiro constando 47 componentes curriculares.

Quanto as perspectivas, em termos percentuais, a maior concentração de projetos PIBIC encontra-se na perspectiva ambiental, totalizando 47,2%. Quanto aos temas, o tratamento, manuseio e tecnologia da água possui uma fatia de 22,6% do total, e os projetos relacionados à saúde possuem 28,2%, juntos, são os dois maiores tópicos apresentados em forma de projetos PIBIC com 50,8% do total. Enquanto termos sequer constam na relação dos projetos de pesquisa, e carecem de atenção especial, caso a universidade queira evoluir nas questões ligadas à sustentabilidade. Quanto aos centros/unidades acadêmicas, a maior concentração de projetos de pesquisa PIBIC aprovados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, está no Centro de Ciência Agrárias, com 10 projetos cadastrados. Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem consta em segundo lugar com 8 projetos, em terceira posição, empatados, o Centro de Ciências e o Centro de Tecnologia com 7, e a Faculdade de Economia, Administração Atuarias, Contabilidade ocupa a quarta posição com 6 projetos. Há muito para ser percorrido, em termos de envolvimento dos demais cursos e unidades acadêmicas com a problemática da sustentabilidade, e como visto no referencial teórico deste trabalho, o envolvimento deve permear toda a universidade.

Atualmente a Universidade conta com 375 ações de extensão, supervisionadas via Pró-Reitoria de Extensão, destas 29 tratam das temáticas relativas ao desenvolvimento sustentável. Quanto as perspectivas, em termos percentuais, a maior concentração encontra-se na perspectiva sociocultural, totalizando 82,75%. Há apenas uma ação cadastrada, relacionada a perspectiva sociopolíticas econômicas, que diz respeito a redução da pobreza. Quanto aos temas, as ações de extensão relacionadas a saúde dominam, em termos percentuais, com 30,2%, 16 das 29 ações, enquanto termos sequer constam na relação dos projetos de pesquisa, e carecem de atenção especial, caso a universidade queira evoluir nas questões ligadas a sustentabilidade. Para os centros/faculdades/institutos/campi, a maior concentração de ações aprovadas, está na faculdade de medicina, 9 das 16 ações, representando 55,17%. O Centro de Humanidades consta em segundo lugar com 5 ações, em terceira posição encontra-se a Faculdade de Educação com 4 ações de extensão. Aproximadamente apenas 7% das ações de extensão possuem relação com o desenvolvimento sustentável, de acordo com os temas constantes na DESD/UNESCO. Das etapas do método esta é a que apresenta menores percentuais e ações.

A análise das ações promovidas/gerenciadas pela Gestão, e seus respectivos gargalos, foi realizada de acordo com a coleta de dados, conforme descrito no método proposto, e em conformidade com o levantamento que está sendo providenciado via Divisão de Gestão Ambiental, unidade responsável gestora do PLS. O Plano de Logística Sustentável, conforme dito anteriormente, está expirado, e as ações propostas estão em processo de consolidação, pela referida Divisão, visando à elaboração do novo Plano, não há ainda uma avaliação entre o proposto x realizado.

O método proposto foi executado, na análise dos dados, verifica-se a fase embrionária, em que a Instituição se encontra, quanto à evolução da inclusão das emergentes necessidades do Desenvolvimento Sustentável, em seus eixos de atuação: ensino, pesquisa, extensão e gestão. É nítido o interesse da Instituição em evoluir nas questões sustentáveis, mas há um extenso caminho a ser percorrido, e a universidade deve ser exemplo de disseminação e prática dessas temáticas. A preocupação com as futuras gerações perpassa os limites físicos de uma universidade, mas encontra no movimento educacional, de transmissão de valores, seu alicerce. Vivemos em uma sociedade de realidade multidimensional, e os múltiplos conhecimentos, os diversos setores e departamentos devem se unir em busca de uma universidade multidisciplinar e sustentável.

A universidade é referência em diversos aspectos, deve primar, ainda, por ser referência na sustentabilidade de suas ações, em todos os eixos, e melhor definir ou redefinir, um modelo de ações estratégicas que deem suporte a essa nova realidade com brevidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BARBIERI, J. C.. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/imagenes/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015;
- BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. C. **Educação para sustentabilidade nas escolas de administração**. São Carlos: Rima, 2014.
- FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR, A. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 19-51.
- MADEIRA, A. C. F. D. **Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Universidade do Porto, Porto, 2008;
- MALHEIROS, T. F.; PÉREZ, M. A.; SAMPAIO, C. A. C.; ZUÑIGA, C. H. **Os desafios do tema sustentabilidade no ensino da pós-graduação**. Brasília, DF, v. 10, n. 21, p. 537-552, 2013. Disponível em <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/597>>. Acesso em 05 set. 2016.
- MORAES, O. J. **Economia ambiental**: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Centauro, 2009.
- MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Martins, F.M.; SILVA, J.M. (Org.). **Para Navegar no Século XXI**. 3.Ed. Porto Alegre: Sulina, Edipucrs, 2003. p.13-36;
- NUNES, E. **Desafio estratégico da política pública**: o ensino superior brasileiro. Rio de Janeiro, RJ, v. 41, n. especial, p. 103-147, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a08v41sp.pdf>>. Acesso em 07 set. 2016.
- PETROLA, D. A. F.; NASCIMENTO, V. S. Da transição de uma educação ambiental para a ideia de educação para a sustentabilidade. In: VIII Colóquio Internacional Paulo Freire, 8. 2013, Recife. **Anais eletrônicos 2013**. Recife: UFPe, 2013. Disponível em: <<http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/view/99>>. Acesso em 05 set. 2016.
- RABELO, L. S.; RABELO, M. S.; SANTOS, N. J M; OLIVEIRA, V. P. V. **Os caminhos da Universidade Federal do Ceará na educação superior para o desenvolvimento sustentável**. In: Seminário Reggen. 2013, Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em <http://www.seminarioreggen.ufc.br/revista/educacao-atual/5-trabalhos-apresentados/5-1-artigos/gt-c/os-caminhos-da-universidade-federal-do-ceara-na-educacao-superior-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 15 set. 2016.
- RABELO, L. S.; RABELO, M. S.; FREIRE, G. S. S. F.; OLIVEIRA, V. Ponto Vidal; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **A experiência do Prodema na pós-graduação brasileira**: ciência para a sustentabilidade na UFC. Brasília, DF, v. 10, n. 21, p. 633 - 660, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2013.416>> Acesso em 29 set 2016.
- ROTH, L.; ESPÍNDOLA, A. M. S.; SANTOS, V. O.; DORION, E. C. H.; FACHINELLI, A. C.; SEVERO, E. A. **A estrutura do ensino superior no Brasil**. Florianópolis, SC, v. 6, n. 3, p. 111-126, 2013. Disponível em DOI: <<http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p111>>. Acesso em 07 set 2016.
- SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- SILVA, J. H. G.; GONDIM FILHO, J. H.; GONDIM, D. M. **O futuro foi ontem?: uma leitura econômica sobre a insustentabilidade**

bilidade do desenvolvimento sustentável. Brasília: Qualidade, 2008.

SILVA, C. L. **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, S. M. M. B. **Histórias da universidade**: trajetórias e experiências de docentes da universidade federal do ceará. 2014. 207 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **Plano de Logística Sustentável 2013**. Disponível em: < http://www.ufc.br/imagens/_files/gestao_ambiental/plano_de_logistica_sustentavel_ufc.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **Anuário Estatístico 2015** - Base 2014. Disponível em: <http://www.ufc.br/imagens/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2015_base_2014.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **Sistema de Controle Acadêmico-SIGAA**. Disponível em: < <https://si3.ufc.br/sigaa/portais/discente/discente.jsf>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEGAS, S. F. S.; CABRAL, E. R.. **Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional**. Florianópolis, SC, v. 8, n.1, p. 236-259, 2015.